

CRIANÇA COM AUTISMO NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

CHILDREN WITH AUTISM IN SPECIALIZED EDUCATIONAL CARE

EDILEILA NEVES SANTANA FERREIRA¹; KÁTIA CRISTINA PEREIRA
MENDONÇA²; MARIA DE LOURDES CARDOSO DOS SANTOS
FERREIRA³; LUCIANE SILVA DE SOUZA⁴

RESUMO:

O presente estudo tem como objetivo conhecer o fazer docente no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e as possibilidades de desenvolvimento do educando autista. Este é um trabalho de pesquisa bibliográfica descritiva e qualitativa, realizado por meio do instrumento de entrevistas aplicadas a três professoras atuantes no AEE de instituições de ensino pública Municipal e Estadual distintas, cuja assistência é voltada para o aluno autista. “Autismo”, do grego “autos”, significa: voltar-se para si mesmo. O Transtorno do Espectro Autista (TEA), até o momento sem cura, é caracterizado como um comprometimento do neurodesenvolvimento e da interação social, manifestado pelo déficit na comunicação, comportamentos/atividades restritivos e repetitivos, interesses fixos e necessidade de rotinas. Percebe-se como a atuação do professor no AEE é importante para o desenvolvimento total do aluno atendido e como a formação e capacitação do docente impacta no resultado positivo do seu trabalho. Conclui-se que é de grande valor conhecer as dificuldades, desafios, sucessos, superações e atuação da docência aplicada ao aluno com necessidades educacionais especiais, nesse caso, o aluno autista, possibilitando uma adaptação significativa no meio ao qual está inserido.

Palavras-chave: Inclusão Educacional. Educação Especial. Transtorno do Espectro do Autista. Autismo Infantil.

ABSTRACT:

This study aims to understand the teaching practice in Specialized Educational Service (AEE) and the possibilities of development of the autistic student. This is a descriptive and qualitative bibliographic research work, carried out through the instrument of interviews applied to three teachers working in the AEE of different Municipal and State public education institutions, whose assistance is aimed at the autistic student. “Autism”, from the Greek “autos”, means: turning to oneself. Autism Spectrum Disorder (ASD), so far without a cure, is characterized as a compromise of neurodevelopment and social interaction, manifested by the deficit in communication, restrictive and repetitive behaviors/activities, fixed interests and need for routines. It can be seen how the role of the teacher in the AEE is important for the total development of the student served and how the education and training of the teacher impacts the positive result of their work. It is concluded that it is of great value to know the difficulties, challenges, successes, overcoming and performance of teaching applied to students with special educational needs, in this case, the autistic student, allowing a significant adaptation in the environment to which they are inserted.

Keywords: Educational Inclusion. Special education. Autistic Spectrum Disorder. Childhood Autism.

¹ Graduanda do 8º período do curso de Pedagogia pela FacUnicmaps. E-mail: edileilaneves3456@gmail.com

² Graduanda do 8º período do curso de Pedagogia pela FacUnicmaps. E-mail: Katiacpm8@gmail.com

³ Graduanda do 8º período do curso de Pedagogia pela FacUnicmaps. E-mail: mlourdescardoso2015@gmail.com

⁴ Professora orientadora. Doutora em Educação. Mestre em Letras e Linguística. Graduada em Pedagogia, pela ALFA/SP. Graduada em Letras, pela UFG. Graduada em Direito, pela FASAM. Professora Universitária desde 2003. E-mail: profalucianealunos@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A escola é o primeiro lugar de integração social significativa da criança onde se inicia a adaptação às regras sociais. Para uma criança autista este desafio pode ser maior em virtude de sua grande dificuldade de se socializar. Quando o aluno com necessidades educacionais especiais apresenta dificuldades de aprendizagem maiores que os restantes dos alunos da sua idade, precisa de alternativas para alcançar o mesmo nível de aprendizagem. Neste sentido, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem a proposta de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para total participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas, atendimento esse que complementa a formação dos alunos visando autonomia e independência, dentro e fora da escola (OLIVEIRA, 2020).

O Autismo ou Transtorno do Espectro Autista (TEA), pode ser percebido logo nos primeiros meses de vida, é um comprometimento do neurodesenvolvimento caracterizado pelo déficit na comunicação, comportamentos/atividades restritivos e repetitivos, interesses reduzidos e fixos, excessiva aderência a rotinas e comprometimento da interação social (ausência de reciprocidade social). Até o momento não há cura para este transtorno, porém existem tratamentos com objetivo de melhorar autonomia e qualidade de vida, minimizando os traços característicos do transtorno (BRASIL, 2012; SBP, 2019).

O presente trabalho teve como objetivo conhecer o fazer docente no Atendimento Educacional Especializado (AEE) voltado ao aluno autista e suas possibilidades de desenvolvimento. Para isso, é importante ir além de uma simples definição e buscar, por exemplo, compreender marcos da educação inclusiva no Brasil, ressaltando a educação voltada à criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e também entender a evolução das leis que respaldam a educação inclusiva, bem as atividades preconizadas por elas que orientam sobre cada particularidade do aluno assistido.

Suprindo a discriminação e exclusão social a qual pessoas com deficiência foram submetidas por décadas, o AEE é um direito assegurado por políticas educacionais que garantem ao estudante com deficiência um ensino regular, como foco na criança com deficiência intelectual, vista por muito tempo como incapaz, improdutiva. O Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011 garante um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades. Este Decreto destaca que:

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da

educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. (BRASIL, 2011)

Ainda hoje a inclusão de crianças com deficiência, por exemplo, crianças autistas no ensino regular divide posicionamentos; enquanto alguns defendem que essa inclusão proporciona a interação social que oportuniza autonomia do aluno especial, outras opiniões apontam a segregação, que deveria ter um ensino separado do dito “ensino normal”. Atualmente, com suporte adequado sabemos que crianças com TEA, quanto mais cedo iniciados tratamentos que estimulam seu desenvolvimento, maior a perspectiva de melhora na qualidade de vida e autonomia ao autista.

É finalidade ainda desta pesquisa, compreender quais atividades o aluno autista se identifica, quais não favorecem seu desenvolvimento, com isto, indicar adaptações curriculares pertinentes que irão contribuir com o ensino-aprendizagem deste educando. Voltado ao ensino do aluno autista, cujo atendimento especial requer bastante atenção do docente, conheceremos os desafios encontrados na visão dos professores na sala de inclusão e metodologias adotadas para assistência educacional especializada, conhecer tanto o êxito quanto frustrações das atividades propostas a esse público.

O tema deste trabalho é “Criança com autismo no Atendimento Educacional Especializado”. A motivação por esse tema deve-se ao fato de estarmos atuando em sala de aula do ensino regular na rede Municipal de Goiânia, trabalhando como auxiliares educativas, onde temos contato direto com crianças autistas e percebemos a necessidade de aprofundarmos nossos conhecimentos sobre como é realizado o ensino dessas crianças no AEE. Assim, buscamos mostrar a importância do atendimento na vida de todos que precisam, principalmente do autista, além de agregar saberes docente na nossa vida acadêmica, pode despertar um olhar sensível em nós para nos tornarmos um profissional com competência e habilidade como professores do AEE, tanto para o autista como os demais com alguma deficiência. Determinadas a buscar conhecimento a respeito do Atendimento Educacional Especializado (AEE), dos seu benefício no desenvolvimento da criança autista e assimilando a atuação do docente nesta modalidade de atendimento especial, realizamos entrevistas com profissionais atuantes em sala de AEE, obtendo esclarecimentos sobre o fazer docente, as dificuldades encontram para realizar o trabalho do professor no atendimento especializado, as dificuldades dos alunos autistas, como são auxiliados para superá-las.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação Especial: Trajetória no Brasil

Durante um tempo, na trajetória da Educação Especial, ocorreram vários tipos de interpretações sobre indivíduos com necessidades especiais, movidas a atitudes discriminatórias e absurdas. Na Idade Média, a pessoa com algum tipo de deficiência era considerada incapaz, vista como aberração ou amaldiçoada pelos deuses, sujeita a situações que vinham de visões divinas ou de preceitos de correção; acreditava-se que a cura daquela alma viria através de punições e sacrifícios (COSTA *et al.*, 2016; MIRANDA, 2019).

Nas civilizações arcaicas, pessoas nascidas com deficiência, eram conduzidas a um alto monte para serem lançadas despenhadeiro abaixo, pois compreendia-se que a pessoa deficiente impediria a evolução da espécie, sendo assim, nascer com alguma deformidade era fora do padrão da época e inaceitável. Começa-se então um novo período, uma Educação Especial Assistencialista e excludente, em que pessoas com deficiência passava totalmente isoladas do convívio social, eram vítimas de exclusão total, vista como doentes incapazes principalmente, na área do saber.

No século XIX, pessoas com necessidades educacionais especiais eram alocadas em locais separados dos demais alunos, pois consideravam suas deficiências como doença, assim surgiram as primeiras instituições de educação especial. Até então, o aluno com necessidades educacionais especiais era excluído da sociedade, o que começou a mudar de cenário no século XX, com a defesa dos direitos da criança com deficiência de ser incluída ao ensino regular. Porém, não houve alteração nas escolas e sistema educacional, elas continuaram ingressadas e a criança em situação especial é quem deveria adaptar-se (COSTA *et al.*, 2016).

Para concebermos a perspectiva de Educação Inclusiva de hoje houve um processo gradativa em que paradigmas, preconceitos e crenças foram reconfiguradas, sendo assim, percebe-se então um novo olhar para a pessoa com deficiência. O primeiro período dessa trajetória é marcado por Organizações Não Governamentais (ONGs), que ofertavam serviços sociais religiosos, atendiam todo tipo de deficiência como auditiva, visual, mental e física ocorrida por volta de 1950. Foi criado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro (RJ), através do Decreto n. 1.428, de 12 de setembro de 1854 e, sucessivamente, passou a chamar Instituto Benjamin Constant (IBC). O segundo período começa então se pensar na Educação Especial, porém, de forma fragmentada, cada deficiência separadamente, sendo

assim o Estado começa a reconhecer que as pessoas com deficiência precisam de oportunidade para exercer seu papel como cidadão, foi por volta de 1950 a 1990.

Portanto, em 1990, inicia-se o marco maior da história da Educação Inclusiva, foi assinada a Declaração de Salamanca, em 1994, um dos documentos mais importante na história da Educação Inclusiva no Brasil, aconteceu na Conferência Mundial sobre Educação Especial na Cidade de Salamanca (Espanha), dando início a um novo tempo para as pessoas com deficiência, onde o Estado é responsabilizado pela inclusão das crianças, jovens e adultos no ensino regular (MIRANDA, 2019).

2.1.1 Educação Especial: amparo legal

Na segunda metade do século XX, os alunos com deficiência foram amparados pela Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e pela Declaração de Salamanca (1994), essa última tornou-se um símbolo da Educação Inclusiva no Brasil, indo além da inserção da criança deficiente no convívio escolar da instituição comum (MIRANDA, 2019).

A Declaração de 1994 recomenda que as escolas assegurem às crianças com necessidades educacionais especiais um ensino de qualidade, adequando seu método de ensino para atender as dificuldades de seus alunos com deficiências, junto ao ensino regular, porém com o apoio necessário, na idade adequada e em escola de ensino regular. Portanto, de acordo com essa Declaração “[...] as pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades”. Discorre ainda sobre as mudanças no sistema de ensino, pois as escolas devem se adequar para atender ao aluno com necessidades especiais e não o contrário, “as escolas deverão, por conseguinte, oferecer opções curriculares que se adaptem às crianças com capacidade e interesses diferentes” (UNESCO, 1994).

Em 1996 houve uma modificação no Sistema Educacional Brasileiro (SEB) com a promulgação da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (Ementa) das Diretrizes Básicas da Educação (LDB) que dispõe sobre “aspectos do sistema educacional, dos princípios gerais da educação escolar às finalidades, recursos financeiros, formação e diretrizes para a carreira dos profissionais do setor”. A partir da LDB/96, houve o incentivo da inclusão no Brasil, pois a legislação preconiza que as escolas forneçam todos os recursos para um atendimento igualitário de seus alunos (com necessidades especiais ou não), o que implica em adequações, por parte das instituições, de seus currículos, recursos e metodologia (MIRANDA, 2019).

Em 1999, com o Decreto nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e oferece outras providências à educação especial inclusiva alcançando todos os níveis e modalidade de ensino. O documento prevê mitigar as barreiras do acesso à escolaridade, em 2001, Resolução CNE/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, determinando que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001, p. 1).

A Lei Berenice Piana, Lei nº. 12.764, de 27 de dezembro de 2012, conhecida como a lei do autismo leva o nome de uma mãe de um autista que, lutando para incluir o filho na escola, perseverou sob diversas dificuldades e o resultado da conquistada foi esta lei sancionada em 2012. Entre todos os benefícios com relação às pessoas com TEA destaca-se o direito a um acompanhamento especializado. No seu Art. 2º, a lei supramencionada, preceitua: “em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista, incluída nas classes comuns de ensino regular, terá direito a acompanhante especializado” (BRASIL, 2012; BRANCO, 2018).

Regulamenta a Lei nº 7,853, de 24 outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de produção, e dá outras providencias.

2.2 Autismo ou Transtorno do Espectro Autista (TEA)

O Autismo foi observado pela primeira vez, em 1943, pelo médico psiquiatra Leo Kanner que o denominou de “distúrbios autísticos do contacto afetivo”. Ao analisar e acompanhar um grupo de crianças com necessidades especiais percebeu características como isolamento social, resistência a mudanças, repetições de gestos e palavras, dificuldade na comunicação (extremamente literal), insistência na mesmice e aparente alienação do mundo, apesar da relação focada com objetos. Kanner descreveu como sendo uma condição inata, comparando uma criança que nascia com deficiência física a estas que nasceram com a inabilidade do convívio social e demonstração de afeto entre pessoas (PIECZARKA, 2017).

A partir de Kanner iniciaram-se as primeiras discussões sobre as causas do autismo. Atualmente, Autismo ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) é reconhecido como um comprometimento do neurodesenvolvimento manifestado pelo déficit na comunicação e pelo comprometimento da interação social (ausência de reciprocidade social), englobando comportamentos/atividades restritivos e repetitivos, interesses reduzidos e fixos e excessiva aderência a rotinas (BRASIL, 2012; SBP, 2019).

A palavra “Autismo” deriva do grego “*autos*”, que quer dizer: voltar-se para si mesmo. Até o presente momento não há cura para este transtorno, porém existem tratamentos para atribuir mais qualidade de vida e autonomia ao autista, resultando em um desenvolvimento mais saudável; quanto mais precoce for o diagnóstico, maiores as chances de minimizar os traços característicos do transtorno (BRASIL, 2012; SBP, 2019).

O TEA pode ser percebido logo nos primeiros meses de vida, ocorrendo diagnóstico na idade pré-escolar ou até mesmo escolar, em alguns casos mais leves. Normalmente é observado primeiramente pelos pais pela dificuldade de convivência e desenvolvimento atípico para idade como perda de habilidades já adquiridas como o sorriso social, não olhar para o rosto de outras pessoas, não responder ao nome, manuseio incomum de objetos e brinquedos, incômodo com som alto (MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO, 2009; SBP, 2019).

De acordo com o Ministério da Educação, estima-se que, em média, 1% da população possui TEA, cuja prevalência no sexo masculino é quatro vezes maior do que no sexo feminino. Esse distúrbio é multifatorial; evidências científicas indicam fatores genéticos e ambientais dentre as causadoras do transtorno, apesar de que nenhum deles tem forte correlação com aumento/diminuição dos riscos (MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO, 2009)

A Secretaria de Saúde do Estado do Paraná ressalta os fatores que colaboram com o desenvolvimento do autismo:

[...] a exposição a agentes químicos, deficiência de vitamina D e ácido fólico, uso de substâncias (como ácido valpróico) durante a gestação, prematuridade (com idade gestacional abaixo de 35 semanas), baixo peso ao nascer (< 2.500 g), gestações múltiplas, infecção materna durante a gravidez e idade parental avançada (SECRETARIA DE SAÚDE, 2021).

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) de 2017, em *Folha Informativa*, descreve que:

O TEA inicia na infância e tendem a continuar na adolescência e vida adulta; algumas pessoas com TEA conseguem viver independente, enquanto outras possuem graves incapacidades e necessitam de cuidados especiais ao longo da vida; as interferências psicossociais através de tratamento comportamental, programas de apoio aos pais, auxiliam na redução de dificuldades de comunicação e comportamento social,

gerando impacto positivo na Qualidade de Vida (QV) de pessoas com TEA e respectivamente seus cuidadores; o tratamento para pessoas com TEA devem estar acompanhados por ações mais amplas, tornando-se os ambientes sociais, físicos e de atitudes, um local de fácil acesso, de inclusão e que possam receber o apoio que necessitam (OPAS, 2017).

Existem muitos subtipos do transtorno: alguns indivíduos com autismo podem apresentar dificuldades de aprendizado, enquanto outros podem ter uma vida “normal” apresentando inclusive uma inteligência até acima da média. É um equívoco taxar o autista como intelectualmente incapaz, visto que apenas 30% dos casos apresenta deficiência intelectual e, em alguns outros casos, demonstram habilidades cognitivas específicas, geralmente em áreas como música, matemática ou memória. Contudo, esse último pode sentir que não se encaixa na sociedade, pela dificuldade de socialização, levando a um risco aumentado de desenvolverem transtornos psiquiátricos como ansiedade, depressão, Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC) e transtornos alimentares (SBP, 2019; NEUROSABER, 2021).

O TEA pode ser classificado em quatro tipos distintos, e três níveis de intensidade, com suas características próprias. São os tipos de autismo: Síndrome de Asperger, Transtorno Invasivo do Desenvolvimento, Transtorno Autista e Transtorno Desintegrativo da Infância. A Síndrome de Asperger considerada a forma mais leve e também mais comum da manifestação do autismo. As crianças geralmente apresentam “interesses restritos, em determinadas áreas específicas”, além de características como dificuldades na comunicação, coordenação motora bastante reduzida, falta de empatia, pouca ou nenhuma interação social provocando dificuldades em fazer amizades e obsessão por determinados assuntos. Também conhecido como “autismo de alto funcionamento” destacando-se pela inteligência superior à média. Caso não seja tratado ou descoberto, na vida adulta o autista com Asperger tende a desenvolver quadro depressivo e de ansiedade (NEUROSABER, 2021).

O Transtorno Invasivo do Desenvolvimento é uma “fase intermediária”, pouco mais grave que a Síndrome de Asperger, com sintomas variáveis, incluindo ainda a dificuldade na interação social, porém menor frequência de comportamentos repetitivos e desenvolvimento comunicativo inferior à Síndrome de Asperger e superior ao Transtorno Autista (NEUROSABER, 2021).

O Transtorno Autista caracteriza-se pela manifestação grave do autismo com várias capacidades intensamente afetadas nas áreas de comunicação, socialização e cognição. Considerado o tipo “clássico” de autismo destaca-se a falta de contato visual, desenvolvimento tardio da linguagem com dificuldade de fazer pedidos e movimentação repetitiva das mãos;

neste tipo normalmente ocorre diagnóstico precoce, por volta dos 3 anos de idade (NEUROSABER, 2021).

Já o Transtorno Desintegrativo da Infância é o menos comum entre os tipos do transtorno, porém o mais grave deles, onde a criança perde habilidades já adquiridas nos campos intelectuais, linguísticos e sociais sem conseguir recuperá-las (NEUROSABER, 2021).

Como visto, a classificação do autismo pode ainda ser dividida em níveis de intensidade: leve, moderado e grave. As definições e características descritas a seguir sobre cada nível de gravidade do transtorno autista são baseadas no DSM-5 (2017).

Autismo leve ou nível 1 – dispõe de pouco suporte, pois apresenta certa autonomia, cumprem rotinas diárias, apesar da dificuldade para iniciar uma relação social, conseguem algum grau de interação, por isso estudam, trabalham, constituem família. Não possui atraso na fala, se comunica socialmente, porém nem sempre responde como esperado, não atende comandos, não tem o discernimento sobre o momento certo para dizer o que quer já que é sincero e literal. Problemas com organização e planejamento. Leve fixação por interesses individuais sobressaindo o convívio com grupo social (DSM-5, 2017).

Autismo moderado ou nível 2 – o indivíduo precisa de um pouco mais de auxílio em relação às relações sociais e comunicação, acarretando em prejuízos no convívio social já que tem mais interesses restritos e pouca iniciativa para interagir. Possui atraso de fala com uso de sentenças incompletas e fala descontextualizada e tem dificuldade/sofrimento para mudar as atividades ou foco da atenção (DSM-5, 2017).

Autismo grave ou nível 3 – necessita de muito apoio, com dificuldades mais acentuadas, sendo os maiores comprometimentos, com severa dificuldade, para conversar, apresentando comunicação mínima e quase nenhuma interação social, tendendo ao total isolamento. Em alguns casos não falam necessitando um mediador e apresentam comportamentos repetitivos graves, forte fixação nos interesses restritos resultando em pouca autonomia na vida (DSM-5, 2017).

Em âmbito nacional podemos citar como instrumentos disponíveis para identificação e diagnóstico da criança com TEA a ATA (escala de avaliação de Traços Autísticos), o ABC (inventário de Comportamentos Autísticos), o ASQ (Questionário de verificação do Autismo) e o CARS (*Childhood Autism Rating Scale*), não dispensando o acompanhamento profissional e familiar e a avaliação diagnóstica processual (DSM-5, 2017).

No ambiente familiar o entendimento sobre o que é o TEA, suas dificuldades e como alcançar superações é um desafio para pais e familiares, visto que o transtorno afeta toda a convivência e relação familiar. Grupos de apoio, escolas, profissionais especializados e outros

pais/responsáveis com mais experiências na mesma situação formam uma rede de apoio e de informações para auxiliar aos cuidados com as crianças autistas. Mudanças gradativas no dia a dia em casa podem ajudar no desenvolvimento desta criança, como permitir a participação da criança com TEA nas rotinas domésticas e esportivas irá estimular sua socialização. Com persistência, paciência, cuidado, disciplina e criatividade a família melhora o desenvolvimento da criança, encaminhando-a para sua independência (OLIVEIRA, 2016).

2.3 Inclusão da Criança Autista na Escola

Apesar do direito à Educação estar garantido por lei, pela Constituição Federal de 1988, a inclusão escolar iniciou-se na década de 90, com a LDB nº 9.394/96, que exigiu a inserção no ensino regular das crianças com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação AH/SD (SANTOS; BROGNOLI, 2020).

De acordo com Oliveira (2020), a escola é o primeiro lugar de integração social significativa da criança, pois é onde se inicia a adaptação às regras sociais, um enorme desafio para um autista. Quando aluno com necessidades educacionais especiais apresenta dificuldades de aprendizagem maiores que o restante dos alunos da sua idade, precisam de caminhos alternativos para alcançar o mesmo nível de aprendizagem. Nesse contexto é papel do professor saber potencializar a autonomia, a criatividade e a comunicação dos estudantes e auxiliar o aluno com autismo a tornar-se produtor de seu próprio conhecimento (OLIVEIRA, 2020).

De acordo com o exposto na Declaração de Salamanca (1994), sobre inclusão da criança com autismo na educação regular e a adaptação curricular necessária para atendê-la:

Os currículos devem adaptar-se às necessidades da criança e não vice-versa. As escolas, portanto, terão de fornecer oportunidades curriculares que correspondam às crianças com capacidades e interesses distintos. As crianças com necessidades especiais devem receber apoio pedagógico suplementar no contexto do currículo regular e não um currículo diferente. O princípio orientador será o de fornecer toda a mesma educação, proporcionando assistência e os apoios suplementares aos que deles necessitem (UNESCO, 1994).

O aluno com TEA depara-se com várias dificuldades ao ingressar na escola de ensino regular que passam a fazer parte de sua rotina, assim como do professor e da sala de aula, pois não são capacitados para lidar com a educação especial. A educação é umas das maiores ferramentas para o desenvolvimento de uma criança com autismo, visto que a inclusão da criança com TEA deve estar muito além da sua presença na sala de aula, objetivando a superação das dificuldades – deve-se almejar a aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades e potencialidades, por exemplo, adaptando o currículo escolar (OLIVEIRA, 2020).

O Atendimento Educacional da criança autista modifica conforme a necessidade do aluno e suas variações, exigindo uma variedade de condutas. A dinâmica para atender uma criança com traços de autismo leve é desenvolvida com pequenas adaptações pedagógicas, o que se modifica quando direcionado a uma criança com autismo grave, cuja adaptação da estratégia de ensino será maior de acordo com a maior dificuldade de comunicação e socialização deste aluno com os demais companheiros de classe e educador (OLIVEIRA, 2016).

2.4 Atendimento Educacional Especializado (AEE)

A educação especial é uma modalidade de ensino que percorre todos os níveis que realizam o Atendimento Educacional Especializado (AEE), promovendo acesso e condições para uma educação de qualidade. Disponibiliza os métodos e serviços individualizados, orientando quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. O Atendimento Educacional Especializado é uma forma de apoio especializado em sala de aula para atender ao aluno com necessidades especiais, sendo um meio de garantir uma igualdade no acesso ao processo de ensino/aprendizagem (MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO, 2009; SANTOS; BROGNOLI, 2020).

Os alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação devem ser matriculadas nas escolas comuns do ensino regular e estas devem oferecer o AEE com a finalidade de auxiliar o desenvolvimento de novas habilidades desse aluno (MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO, 2009; SANTOS; BROGNOLI, 2020).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Consideram-se serviços e recursos da educação especial àqueles que asseguram condições de acesso ao currículo por meio da promoção da acessibilidade aos materiais didáticos, aos espaços e equipamentos, aos sistemas de comunicação e informação e ao conjunto das atividades escolares. Para o atendimento às necessidades específicas relacionadas às altas habilidades/superdotação são desenvolvidas atividades de enriquecimento curricular nas escolas de ensino regular em articulação com as instituições de educação superior, profissional e tecnológica, de pesquisa, de artes, de esportes, entre outros (BRANCO, 2018).

Um recurso instituído na Portaria Normativa nº 13 de 24 de abril de 2007, dispõe sobre a criação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limites são as Salas de Recursos Multifuncionais, as quais os gestores de educação devem planejar, implantar e oferecer de acordo com a necessidade do atendimento educacional especializado, sendo espaços onde são adotadas estratégias diferentes, que não se limitam ao currículo escolar para atender à dificuldade do aluno, seja ela originada de qualquer que seja a deficiência do aluno (intelectual, auditiva, visual, física) (BRANCO, 2018).

Nos casos de escolarização em classe hospitalar ou em ambiente domiciliar, o AEE é ofertado aos alunos público-alvo da educação especial, de forma complementar ou suplementar. O AEE é realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, podendo ser realizado, também, em centro de atendimento educacional especializado público ou privado sem fins lucrativos, conveniado com a Secretaria de Educação (MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO, 2009).

Os alunos com TEA, de acordo com a educação inclusiva prevista na Política Nacional de Educação Especial, têm direito à escola pública que esteja adequada a atender suas necessidades educacionais especiais. O AEE para alunos autistas deve atentar-se às dificuldades do aluno: comportamental, socialização, aprendizagem, afetividade e comunicação, e elaborar métodos para suprir esses desafios. Por exemplo, foi identificado que o aluno autista não se comunica com a linguagem oral, então o recurso seria utilizar meios tecnológicos a fim de apoiar esse indivíduo em seu aprendizado (SANTOS; BROGNOLI, 2020).

No processo de ensino aprendizagem do aluno com TEA, o sucesso da inclusão escolar depende muito da sensibilidade do professor em identificar as dificuldades desta criança, adequando sua metodologia pedagógica, projetando o desenvolvimento das habilidades e competências de maneira organizada e com êxito (SANTOS; BROGNOLI, 2020).

3. METODOLOGIA

O presente estudo tem como interesse conhecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE) voltado à criança com Transtorno do Espectro Autista (Autismo) e o trabalho do docente neste atendimento, visando fazer o levantamento dos desafios, dificuldades,

aprendizados e metodologias que permeiam essa modalidade de atendimento aplicado ao aluno autista.

A pesquisa baseia-se em um levantamento de informações adquiridas por meio de pesquisa bibliográfica em artigos e livros acessados através da plataforma Google Acadêmico, além de referenciais teóricos encontrados em banco de dados de instituições especializadas em autismo e site oficiais de órgãos federais.

Conforme exposto por Sousa (2021), a pesquisa bibliográfica é o ponto de partida de todo trabalho científico, principalmente nas graduações, sendo uma investigação científica de obras já publicadas, com a finalidade de aprimorar o conhecimento, esclarecer e atualizar sobre um determinado assunto. Tal revisão bibliográfica é primordial para o início de uma pesquisa, pois constitui a fundamentação teórica sobre assunto pesquisado. Refere-se a uma coleta de informações teóricas anteriores acerca de um tema em comum a ser discutido e correlacionado, auxiliando no embasamento e desenvolvimento de um novo projeto de pesquisa.

Este artigo enquadra-se no método qualitativo de pesquisa, pois compartilham do propósito de adquirir conhecimento, como visto em Augusto (2013), o qual evidencia que esse sistema de análise de dados busca o conhecimento de processos, comportamentos, ações e problemas acerca de determinado assunto. Dessa maneira, o interesse dos pesquisadores consiste em estudar e compreender fenômenos e atividades do objeto de estudo, correlacionando resultados dos dados coletados pelo instrumento da entrevista, principal técnica desse método, de forma descritiva, onde o objetivo é adquirir informações sobre o objeto investigado.

Utilizarem o instrumento da entrevista como o intuito de obter informações para contribuição de conhecimento. Segundo Gil (2002), a entrevista consiste em uma técnica realizada a partir do encontro entre duas pessoas onde uma formula perguntas e a outra as responde. Contudo, este projeto executado com o mecanismo de entrevista é uma pesquisa qualitativa, pois tem como objetivo conhecer o trabalho do docente no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e as possibilidades do educando autista, apreender sobre o papel do professor neste atendimento especializado, entender as dificuldades do aluno autista em sua formação de conhecimento.

Portanto, a pesquisa foi realizada, considerando o interesse e disponibilidade do participante para colaborar com a entrevista. Por isso, foram selecionados professores atuantes em AEE de três diferentes instituições públicas de ensino da rede Municipal e Estadual da cidade de Goiânia, que realizam o Atendimento Educacional Especializado (sala de AEE) voltado ao aluno autista.

A entrevista contém seis perguntas discursivas basicamente sobre a atuação do professor no atendimento ao aluno autista no ambiente do Atendimento Educacional Especializado (sala de AEE). O questionamento percorre assuntos como a formação dos entrevistados; se houve especialização para atender o aluno autista; métodos de ensino e de avaliação do aprendizado com resultados positivos e negativos para o público autista; desafios, dificuldades e experiências sobre o atendimento em sala de AEE, sobretudo, ao aluno autista.

Com a intenção de preservar suas identidades neste estudo, foram denominadas três professoras: Professora 1, Professora 2 e Professora 3. Todas as entrevistas foram conduzidas por uma integrante desta pesquisa e aconteceram no local de atuação das entrevistadas. As respostas da Professora 1 foram gravadas via áudio e transcritas posteriormente; expostas no Apêndice A. Já as respostas da Professora 2 (Apêndice B) foram registradas no momento da entrevista, do mesmo modo como ocorrido com as respostas da Professora 3 (Apêndice C).

A Professora 1 atua em uma escola da rede Municipal de Goiânia, atendendo vinte alunos no AEE em dois turnos, matutino e vespertino, porém desse total de alunos, quatro são autistas com idades de 7 a 8 anos, cursando 2º ano e 3º ano do ensino fundamental, destes dois são atendidos no período matutino, e os outros dois no período vespertino. A Professora 2 trabalha em uma instituição de ensino da rede Estadual de Goiânia, onde atende um aluno autista com 13 anos de idade inserido no 6º ano do ensino fundamental. Já a Professora 3, desempenha atendimento de apoio à professores de AEE da rede Estadual de Goiânia e também é professora da rede Municipal de Goiânia no contraturno, atendendo um aluno autista de 10 anos de idade cursando 5º ano do ensino fundamental.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme antes informado, a pesquisa realizou-se por meio da técnica de entrevista, contendo seis perguntas discursivas a respeito da atuação do professor na assistência ao aluno autista no ambiente do Atendimento Educacional Especializado (sala de AEE). Entrevista ocorreu com três professoras atuantes em AEE com atendimento ao público autista.

4.1 Resultado das Entrevistas

Iniciamos questionando sobre a formação acadêmica de cada professora e a existência de alguma formação continuada especializada ao aluno autista; todas as três entrevistadas

relataram formação em Pedagogia, porém a Professoras 2 e Professora 3 são também graduadas em Letras-Português. A Professora 1 conta com Pós-Graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional, além de estágios na APAE, estudando tipos de deficiência intelectual, e também estágio com alunos autistas, relevantes para sua atividade atual. Já a Professora 2 dispõe de Pós-Graduação em Sociologia da Educação/ Educação Inclusiva/ Neuropedagogia/ Psicopedagogia/ Educação Infantil, entre os vários cursos. A Professora 3 atua como professora de apoio e possui especialização em Educação Inclusiva com âmbito na sala de AEE.

Conforme o observado nas respostas da Professora 1, 2 e 3 é de grande relevância a formação acadêmica inicial complementada pela formação continuada, pois promove docentes bem preparados para o devido trabalho. Além disso, o incentivo para a formação e capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com TEA é preconizado no artigo VII do parágrafo 2º da Lei nº. 12.764/2012 de Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Sobre a formação necessária para atuar em sala de AEE é exposto na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Lei de Diretrizes Nacionais de Educação Especial para a Educação Básica que para atuação no Atendimento Educacional Especializado é fundamental que o professor tenha graduação, pós-graduação ou cursos de formação continuada nas áreas específicas da Educação Especial (BRANCO, 2018; BRASIL, 2012).

Neste mesmo seguimento perguntamos às três professoras sobre como suas formações contribuem na vivência da sala de AEE com o atendimento ao aluno autista, todas concordam que a formação tanto inicial quanto continuada tem grande influência na sua prática atual. A Professora 1 relatou sobre os aprendizados desde a graduação e, principalmente, nos estágios na APAE e estágios de observação do aluno autista, assim pôde compreender características do comportamento autista e a dinâmica do atendimento ao aluno com TEA; para ela toda sua formação serviu para trazer mais segurança e tranquilidade para desenvolver seu trabalho na sala de AEE. De acordo com ponto de vista da Professor 2, sua formação a auxilia no desenvolvimento do trabalho em todos os aspectos relacionados ao desenvolvimento da aprendizagem do educando, percebendo também a importância de aperfeiçoar o conhecimento sobre o autismo, buscando novos recursos pois cada aluno tem sua particularidade e respondem a diferentes metodologias. Concordando com a professora anterior, a Professora 3 acredita que, com a formação complementar, adquire-se novas teorias e métodos de trabalho que contribuirão com o aprendizado das crianças autistas.

Segundo Onohara (2018), a atualização constante dos professores através de cursos de formação docente resulta em melhoria no processo de ensino-aprendizagem e na promoção do

desenvolvimento do educando. O autismo exige do professor uma preparação adequada, uma capacitação, pois os educandos necessitam de suas competências profissionais para alcançarem uma educação verdadeiramente inclusiva, sendo fundamental o preparo do educador. Neste processo de ensino-aprendizagem do aluno com TEA, a inclusão escolar bem-sucedida depende da percepção do professor em identificar as dificuldades da criança e adequar sua metodologia pedagógica, solução essas que são facilitadas conforme experiências e conhecimentos trazidos pelos docentes de suas formações (ONOHARA, 2018; SANTOS; BROGNOLI, 2020).

Questionadas sobre as atividades desenvolvidas com as crianças autistas apresentaram metodologias diferentes para a escolha das atividades a serem desenvolvidas com o aluno com TEA. A Professora 1 ressalta que as atividades são desenvolvidas dentro das preferências do aluno e cita exemplos: trabalhar com cores, reconhecimento de letras, coordenação motora através da pintura (uma preferência particular do aluno atendido no AEE). Um pouco diferente da metodologia usada pela Professora 1, a Professora 2 realiza uma Anamnese com registro de dados do aluno logo em seus primeiros atendimentos presenciais e, partindo desse levantamento, são planejadas, escolhidas e desenvolvidas as tarefas com a criança, sofrendo alterações conforme grau de aprendizagem. A Professora 3 também traz uma forma diferente de atividades aplicadas ao autista, por meio da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), elaboradas pelo professor integral da sala e trabalhado com auxílio da professora de apoio. A BNCC “é um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017).

Conforme observação das respostas das entrevistadas, as atividades têm que ser atrativas e dentro das possibilidades e especificidade de cada aluno. Segundo Machado (2009) o professor especializado para o Atendimento Educacional Especializado identifica as dificuldades e também as habilidades da criança atendida, tornando viável a elaboração de um plano de ação para o atendimento com os recursos necessários.

Continuando a entrevista, já supondo a experiência no atendimento do autista, a quarta pergunta discorre sobre os métodos de ensino e de avaliação, nos quais o aluno melhor se desenvolve/adapta, na visão de cada docente entrevistada. As preferências dos alunos são sempre consideradas pela Professora 1 que trabalha várias áreas do desenvolvimento da criança a partir do que ela demonstra interesse, dando exemplo de personagens de desenho, cores e pinturas levando o aluno a desenvolver funções motoras, fala e criatividade entre outros aspectos. Sobre métodos avaliativos destaca que devem ser bastante resumidos para que o aluno não desvie facilmente sua atenção. A Professora 2 se identifica mais com o método

construtivista, que estimula o aluno em seu desenvolvimento da aprendizagem com apoio de um professor mediador, onde ambos educadores criam laços para facilitar este processo de desenvolvimento. A Professora 3 aposta no método de ensino da orientação e repetição dos conteúdos auxiliando na memorização pelo aluno e aplica avaliações flexíveis, que são elaboradas pelo professor regente e mediadas pelo professor de apoio.

Todas ressaltam que a metodologia para ensino e para avaliação é muito particular e específica de cada aluno, porém observaram alguns pontos comuns como a avaliação de forma focada e resumida, pois a criança com autismo possui um conjunto de atividades e interesses muito limitados, como apresentado por Oliveira (2020). É um desafio encontrar atividades que mantenham sua atenção, já que não se prendem à mesma tarefa por muito tempo.

Discutidas as atividades com resultados positivos ao desenvolvimento do autista é importante também conhecermos as atividades que não funcionam ou não são desenvolvidas plenamente pelo aluno autista. De acordo com a Professora 1, atividades que esses alunos não têm curiosidade, não prendem sua atenção e também nada que tenha muita informação, como dito anteriormente, as atividades precisam ser bem resumidas orientadas. Para a Professora 2 a maioria dos educandos autistas tem alguma resistência quanto as atividades com papel, portanto utiliza-se muitos trabalhos manuais, tecnologias assistivas e de acessibilidade como jogos e recursos pedagógicos variados organizados ao longo do atendimento e conforme a necessidade do educando. A Professora 3 destaca que as atividades que são impostas o aluno autista, quando se sente obrigado, não são proveitosas já que eles não reagem bem sob pressão.

Conforme o relato das docentes, o autista tem resistência a algumas atividades principalmente aquelas que não lhes trazem certa curiosidade, que despertam seu interesse e nada de atividades longas e com muita informação.

Tendo como objetivo o fazer docente na atuação na sala de AEE, vimos necessidade de conhecer as dificuldades encontradas nesta assistência, visto que relato de experiência diferente será enriquecedor para nós que almejamos atuação nesta área. Sobre suas dificuldades no AEE a Professora 1 destacou que realiza atendimento individual, sendo apenas um aluno autista e que, até então, não teve nenhuma dificuldade com este aluno, tendo a docente autonomia na sala de recursos multifuncional. Porém, destaca que o trabalho na sala de aula regular, com o professor de apoio e com os professores regentes é extremamente desafiador, pois quando atendidos juntamente com os alunos ditos normais, o aluno autista demonstra-se muito inquieto.

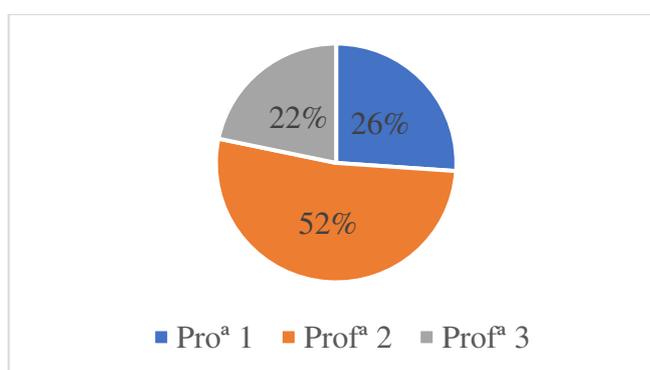
A maior dificuldade levantada pela Professora 2 é a aceitação e cooperação dos professores que trabalham com esse educando na sala de aula regular; sugere uma melhor preparação para esse profissional dentre a questão da inclusão escolar com educando com

Necessidade Educacionais Especiais (NEEs), pois a maioria dos professores tem inúmeras dificuldades em trabalhar com essa especialidade. Já na perspectiva da Professora 3, a maior dificuldade nos dias atuais é o insuficiente número de professores de AEE nas escolas, pois é este docente que receberá o aluno no contraturno e o orientará com maior foco que ele exige o conteúdo. A Professora 3 também faz uma sugestão que todas as escolas estaduais e municipais tivessem professores de AEE e professores de apoio licenciados em Pedagogia para que os alunos interagissem e tivessem uma aprendizagem significativa. Contudo, foi possível entender que na sala de atendimento educacional especializado a criança autista tem uma aprendizagem com mais eficácia com ensino direcionado só para a criança em especial, considerando suas particularidades de ensino-aprendizagem. Ambas as professoras entrevistadas (Professora 2 e Professora 3) citaram que a maior dificuldade está na falta de qualificação dos professores da educação regular em lidar com as crianças autista.

4.2 Resultado das Entrevistas

A pesquisa realizou-se por meio da técnica de entrevista, contendo seis perguntas discursivas a respeito da atuação do professor na assistência ao aluno autista no ambiente do Atendimento Educacional Especializado (sala de AEE). Entrevista ocorreu com três professoras atuantes em AEE com atendimento ao público autista.

Para trabalhar no AEE é necessária uma formação na área da inclusão e formação continuada. Dados referente a formação das docentes.



■ Profª 1 - Conta com Pós-Graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional, além de estágios na APAE, estudando tipos de deficiência intelectual, e estágio com alunos autistas, relevantes para sua atividade atual

■ Profª 2 - Dispõe de Pós-Graduação em Sociologia da Educação/ Educação Inclusiva/ Neuropedagogia/ Psicopedagogia/ Educação Infantil, entre os vários cursos.

 Prof^a 3 - Atua como professora de apoio e possui especialização em Educação Inclusiva com âmbito na sala de AEE.

4.3 Resultados das Entrevista

Os desafios do docente no Atendimento Educacional Especializado	
Prof.^a 1	É de grande relevância a formação acadêmica inicial complementada pela formação continuada. Ela ressalta que as atividades são desenvolvidas dentro das preferências do aluno e trabalha várias áreas do desenvolvimento da criança a partir do que ela demonstra interesse. Destacou que realiza atendimento individual, sendo apenas um aluno autista e que, até então, não teve nenhuma dificuldade com este aluno, tendo a docente autonomia na sala de recursos multifuncional.
Prof.^a 2	Sua formação a auxilia no desenvolvimento do trabalho em todos os aspectos relacionados ao desenvolvimento da aprendizagem do educando, percebendo também a importância de aperfeiçoar o conhecimento sobre o autismo. Se identifica mais com o método construtivista, que estimula o aluno em seu desenvolvimento da aprendizagem com apoio de um professor mediador, onde ambos educadores criam laços para facilitar este processo de desenvolvimento. Relata que maioria dos educandos autistas tem alguma resistência quanto as atividades com papel, portanto utiliza-se muitos trabalhos manuais, tecnologias assistivas e de acessibilidade como jogos e recursos pedagógicos variados organizados ao longo do atendimento e conforme a necessidade do educando. A maior dificuldade levantada pela Professora é a aceitação e cooperação dos professores que trabalham com esse educando na sala de aula regular.
Prof.^a 3	A Professora atua como professora de apoio e possui especialização em Educação Inclusiva com âmbito na sala de AEE. Ela acredita que, com a formação complementar, adquire-se novas teorias e métodos de trabalho que contribuirão com o aprendizado das crianças autistas. Aposta no método de ensino da orientação e repetição dos conteúdos auxiliando na memorização pelo aluno. Destaca que as atividades que são impostas para o aluno autista, quando se sente obrigado, não são proveitosas já que eles não reagem bem sob pressão. A maior dificuldade atualmente é o insuficiente número de professores de AEE nas escolas, pois é este docente que receberá o aluno no contraturno e o orientará com maior foco que ele exige o conteúdo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visto que o foco deste estudo é a atuação do docente na sala de AEE, identificamos a relevância de conhecer as dificuldades, sucessos, superações e atuação da docência voltada ao aluno com necessidades educacionais especiais, neste caso, à criança com Transtorno do Espectro Autista ou Autismo, podendo ouvir relatos de experiências distintas.

Neste trabalho de conclusão de curso percebemos o quão fundamental é o professor acompanhado de uma equipe bem estruturada no Atendimento Educacional Especializado (AEE) para o pleno desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, em qualquer âmbito de deficiência, não só o distúrbio do neurodesenvolvimento que indica o autista. Esse atendimento especializado atende um público por muito tempo ignorado e tratado como “incapaz”. Após muita luta, o AEE tornou-se exigido perante legislação, porém ainda faltam profissionais capacitados para esta atuação, que elaborem estratégias e adaptações criativas com a finalidade de estimular o aluno autista a se desenvolver da melhor maneira possível, influenciando não apenas no crescimento cognitivo e vida acadêmica, mas também refletindo na melhora da qualidade de vida, autonomia e relações sociais dessa pessoa.

Percebemos que existem ainda muitas barreiras e desafios tanto para os autistas como para os docentes que atendem estes alunos com necessidades especiais. Observamos que os professores do ensino regular encontram-se despreparados para atender uma criança autista. Vimos, por meio das entrevistas realizadas com as professoras, que as atividades do AEE partir dos interesses do educando. Fazer uma estrutura de rotina com a criança com TEA é muito importante para que ele não altere seu comportamento, pois o autista tem uma grande dificuldade em mudanças de rotina.

Contudo, também existe um grande esforço e dedicação por parte de muitos profissionais da educação em contribuir com o melhor suporte através de especializações e busca de conhecimentos para trabalhar com o aluno com TEA, garantindo assim o seu pleno desenvolvimento social, afetivo e cognitivo. Cabe ao docente ter o olhar voltado às necessidades de cada aluno, reconhecendo seu potencial, para que esse aluno se sinta incluído e se adeque ao ensino-aprendizagem que lhe está sendo oferecido.

6. REFERÊNCIAS

AUGUSTO, C. A. SOUZA, J. P. DELLAGNELO, E. H. L. et. al. *Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011)*. *Rer. Econ. Sociol. Rural* 51 (4), 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/resr/a/zYRKvNGKXjbDHtWhqjxMyZQ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

BRANCO, P. S. B. C. Boas práticas para efetivação da política de educação especial: o desafio dos professores no desenvolvimento do atendimento educacional especializado. *IV COLBEDUCA e II CIEE*, Portugal, 2018. Disponível em: <<https://1library.org/document/zln9l9gq-efetivacao-politica-educacao-professores-desenvolvimento-atendimento-educacional-especializado.html>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Resolução CNE/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. Brasília: Diário Oficial da União de 14 de setembro de 2001.

BRASIL. *Decreto nº. 7.611, de 17 de novembro de 2011*. Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 15 nov. 2021

BRASIL. *Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista*. Lei Nº 12.764, De 27 De Dezembro De 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 15 nov. 2021.

COSTA, D.F.; MACIEL, S.M.C.; MIGUEL, E.A. et. al. Educação Inclusiva: Breve Contexto Histórico das Mudanças de Paradigma. *Revista Científica Semana Acadêmica*. Fortaleza, CE, 2016.

DSM-5. *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*. 5ª Edição. American Psychiatric Associaton. Porto Alegre: ARTMED, 2017. Disponível no Google Play Livros: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=QL4rDAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT13&dq=manual+diagn%C3%B3stico+e+estat%C3%ADstico+de+transtornos+mentais&ots=nQ6FAEu8E_&sig=YW_HNBbOueL22rN4CoQUVLFyeBM#v=onepage&q=TEA&f=false>. Acesso em: 10 nov. 2021.

GIL, A. C. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KANNER, L. *Autistic disturbances of affective contact*. *New Child*, v. 2, 1943.

MACHADO, G. J. C.; SOBRAL, M. N. *Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade*. 1 ed. Porto Alegre: Redes Editora, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular. Educação é a Base. 2017. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 nov. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional De Educação Câmara De Educação Básica Resolução Nº 4, De 2 De Outubro De 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizespublicacao&Itemid=30192>. Acesso em: 07 nov. 2021.

MIRANDA, F. D. Aspectos Históricos Da Educação Inclusiva No Brasil. *Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva*, Manaus, v. 2, n. 3, 2019.

NEUROSABER. Instituto NeuroSaber. A Importância da Educação Infantil para Alunos com o Transtorno do Espectro Autista. 2021. Disponível em: <<https://institutoneurosaber.com.br/a-importancia-da-educacao-infantil-para-alunos-com-o-transtorno-do-espectro-autista/>>. Acesso em: 04 nov. 2021.

NEUROSABER. Instituto NeuroSaber. Autismo É Genético? 2021. Disponível em: <<https://institutoneurosaber.com.br/autismo-e-genetico/>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

ONOHARA, A. M. H.; CRUZ, J. A. S.; MARIANO, M. L. Educação inclusiva: o trabalho pedagógico do professor para com o aluno autista no ensino fundamental I. *Rev. Bras. Psico. e Educ.*, Araraquara, v. 20, n. 2, p. 289-304, 2018.

OLIVEIRA, F. L. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno. *Revista Educação Pública*, v. 20, nº 34, 8 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/autismo-e-inclusao-escolar-os-desafios-dainclusao-do-aluno-autista>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

OLIVEIRA, M. L. S. *Formação Docente e Inclusão De Alunos Com Transtorno Do Espectro Autista: Algumas Reflexões*. Monografia de graduação em Pedagogia – Centro de Educação - UFPB. João Pessoa. 2016.

OPAS. Organização Pan-Americana de Saúde. *Folha informativa: transtorno do espectro autista*, 2017. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5651:folha-informativa-transtornos-doespectro-autista&Itemid=839>. Acesso em: 10 nov. 2021.

PIECZARKA, T. *O desenvolvimento do transtorno do espectro autista: considerações a partir de Piaget*. – Curitiba, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Thiciane-Pieczarka-2/publication/344173970_O_DESENVOLVIMENTO_DO_TRANSTORNO_DO_ESPECTRO_AUTISTA_CONSIDERACOES_A_PARTIR_DE_PIAGET/links/5f58be1f299bf13a31ada cfa/O-DESENVOLVIMENTO-DO-TRANSTORNO-DO-ESPECTRO-AUTISTA-CONSIDERACOES-A-PARTIR-DE-PIAGET.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.

SANTOS, S. A. BROGNOLI, M. O. Transtorno do Expecto de Autismo (TEA) e o Atendimento Educacional Especializado (AEE). *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 05, Ed. 11, Vol. 11, pp. 79-91. 2020. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/transtorno>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SECRETARIA DE SAÚDE. GOVERNO ESTADUAL DO PARANÁ. AUTISMO. 2021. Disponível em: <<https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Autismo#>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, S. O.; ALVES, L. H. A Pesquisa Bibliográfica: Princípios e Fundamentos. *Cadernos da FUCAMP*, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021.

SBP – SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Manual de Orientação. Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento. Transtorno do Espectro Autista. *Sociedade Brasileira de Pediatria*. Nº 05, 2019. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Ped._Desenvolvimento_-_21775b-MO_-_Transtorno_do_Espectro_do_Autismo.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ENTREVISTA – PROFESSORA 1.

1) Qual sua formação acadêmica? Houve formação continuada específica para atendimento do público autista?

R: “[...] Sou formada em pedagogia é, e... tenho uma pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional, onde, nesse período de Psico e até da Pedagogia, eu fiz vários estágios na APAE né, estudando os tipos de deficiência, cada um, em específico a deficiência intelectual e também fiz alguns estágios com alunos autistas, em estágio de observação. No meu trabalho com autistas, meu primeiro ano diretamente trabalhando com autistas na sala do AEE”.

2) Como sua formação auxilia na vivência dentro da sala de aula do AEE com o aluno autista?

R: “Então, a minha formação hoje trabalhando com, diretamente com autista, na minha formação da Pedagogia e também no curso de Psicopedagogia, com os estudos, com os estágios, com as observações, me deu uma certa segurança e tranquilidade para desenvolver o meu trabalho na prática hoje na sala do AEE.” “[...] O curso da Pedagogia, ela estuda o desenvolvimento da aprendizagem numa forma geral, e nós no curso de Pedagogia, também na pós de Psicopedagogia, nós estudamos os tipos de deficiências, porque nós trabalhamos com a

temática do ensino da inclusão. E também os estágios né, quando a gente fez os estágios na APAE nós pudemos estar de perto, observando, acompanhando o trabalho né com o aluno autista, e vimos que eles precisam nessas observações, observamos que eles precisam de rotina, eles precisam de um espaço tranquilo para que eles possam receber o ensino, eles não podem ter um ambiente pesado, carregado de cartazes, nada que chame muita atenção deles porque muitos dos autistas eles são inquietos, eles vem com um pouquinho de hiperatividade, então eles precisam de um ambiente silencioso, eles precisam de um ambiente com cores mais tranquilas, cores mais suaves, para que eles possam não se perder no momento em que o professor apresenta o determinado conteúdo a ser trabalhado com ele. Também os tipos de atividades precisam ser bem sintetizadas, bem resumidas, e sempre apresentar situações de forma lúdica dentro daquilo que ele se interessa.”

3) Como você escolhe as atividades a ser desenvolvida com as crianças autista?

R: “Então, eu trabalho no AEE com temas, eu desenvolvo as atividades dentro da percepção, dentro da psicomotricidade, dentro da atenção e concentração, então dentro dessas temáticas, dentro desse desenvolvimento psíquico eu elaboro temas, como no atual momento eu estou trabalhando o tema Primavera. Dentro do tema Primavera eu estou trabalhando a Primavera no Cerrado, a Primavera no Cerrado Goiano, o tipo de, as flores que se destacam no Cerrado Goiano. Então estou desenvolvendo com eles uma pintura em tela, com todos os alunos, e com meu aluno autista eu também estou desenvolvendo a mesma atividade, onde ali eu estou trabalhando com ele cores, porque o aluno que eu acompanho ele já, ele está no processo de pré-alfabetização, então ele já reconhece as letras do alfabeto, ele já reconhece os números de zero a cinquenta, ele reconhece as cores, as formas geométricas e aí eu começo desenvolvendo com ele dentro daquilo que ele gosta, ele gosta de pintar, ele gosta de coisas bem coloridas. Então dentro esse tema eu estou trabalhando com ele: reforçando as cores, trabalhando coordenação motora que entra a psicomotricidade, estou trabalhando a habilidade dele, despertando a habilidade dele na pintura, para respeitar limites, trabalho lateralidade que está dentro da psicomotricidade. Então, o meu trabalho com meu aluno autista eu vou dentro daquilo que, dentro das propostas psíquicas né, que é percepção, que é psicomotricidade, lateralidade, atenção e concentração, daí, a partir daí eu vou trabalhando em cima de temas. O bimestre passado eu trabalhei com a temática sobre o Folclore né, trabalhei também a temática sobre a importância das plantas, que agora a gente tá fazendo a culminância com o trabalho da pintura de tela sobre a Primavera.”

4) Com a sua experiência no atendimento ao autista, quais métodos de ensino você acha que este aluno mais se desenvolve? Qual é a forma de avaliação que você realiza com as crianças autistas?

R: “[...] A partir daquilo que ele gosta, ele gosta de caixinha surpresa, ele gosta de contar histórias, ele assiste muitos desenhos, ele gosta de assistir Homem-Aranha, então, Incrível Hulk, então vou tirando daquilo ali. Então como ele está em nível de pré-alfabetização então eu começo a trabalhar as formações de palavras, ‘ah acha aqui a letra H do Hulk, o A do, o H do Homem e o A do Aranha’, trago um desenho do Homem Aranha pra ele colorir, ali eu trabalho cores, trabalho escrita do nome das cores, trabalho as letras que tem nos nomes da cores, então tem que ser no lúdico e dentro daquilo que chama a atenção do aluno, daquilo que o aluno gosta, tem que partir daquilo que ele gosta. Hoje nós trabalhamos as cores, eu fiz ele fazer misturinha de cores, criar outras cores, ele gosta muito do azul, ele ama o azul, ele dá um nome pro azul, cada tipo de cor azul que a gente fez hoje pra pintar na tela, no quadro que ele tava construindo, ele deu um nome do azul. Então ele é muito criativo, e aí a gente a partir daí eu vou puxando a linguinha dele, ele vai soltando a fala, ele vai falando, ele tem dificuldade de fala, então quanto mais ele fala, ele escuta eu falando e repetindo as palavras corretas ele vai melhorando a fala, automaticamente ele vai melhorar o aprendizado e vai passar a escrever futuramente né, esse é meu objetivo. Então dentro daquilo, as propostas levando o aluno a ser criativo, despertando cada vez mais a curiosidade, esses são os métodos.” “Se é uma atividade escrita, por exemplo, no AEE eu desenvolvo atividades em blocos plastificados, então eu trabalho com uma caneta tipo, igual é em consultório de psicopedagogia, trabalho com testes psicopedagógicos, trabalho com muitos testes psicopedagógicos, então sempre bem resumidos, é, falando pra ele assim: ‘oh, vamos fazer só apenas a 1, depois a gente vai fazer a 2, não se preocupe com a 2’ e ali a gente vai desenvolvendo aquela atividade com calma, sempre deixando ele falar, deixando ele participar. Esse meu aluno autista ele fala muito porque a mãe fala muito, então automaticamente ele herdou isso da mãe, então eu gosto muito de ouvi-lo, gosto de ouvir as histórias que ele conta, os resumos dos filmes, dos desenhos que ele assiste.”

5) Quais atividades você já notou que não funcionam com o aluno autista?

R: “Atividades que não parte da curiosidade dele e também atividades que leva ele a, por exemplo, que faz com que ele saia daquela rotina dele. Se ele tá conversando com você ali, tá conversando comigo, tá conversando com você determinado assunto, parar, ouvir o que ele tem pra dizer e a partir dali você começa o desenvolvimento daquilo que você propôs. Mas sempre escutar. E outra coisa, nada de muito, muita informação, você tem que, as atividades têm que ser, elas precisam ser resumidas, nada de atividades longas, nada de textos longos, e

sempre ali de perto orientando, interferindo em algumas coisas que ele está fazendo, mas sempre deixar ele construir, não podá-lo muito, entendeu? E nada assim, apresentar nada, muita coisa ao mesmo tempo, você tem que apresentar uma atividade e as outras manter guardada porque ele quer terminar aquela, porque geralmente eles são muito ansiosos, então ele quer terminar aquela já pensando naquela outra, então ele não vai conseguir fazer a que ele está fazendo direito porque ele já viu que tem outra atividade e ele já quer fazer aquela outra atividade. Então você tem que partir se é um tipo de joguinho, você apresenta só um joguinho.”

6) Qual sua maior dificuldade dentro do AEE com a criança autista? E o que deveria ser melhorado?

R: “Bom, até o momento eu tô tendo uma autonomia pra trabalhar com esse menino lá dentro da minha sala. Eu tenho uma sala separada pra mim, onde eu atendo esse aluno, então, eu enquanto AEE eu não estou tendo nenhuma dificuldade pra trabalhar com ele porque a minha sala é tranquila, eu atendo ele individual, eu não atendo ele em grupo, então é, e também não carrego a sala, deixo a sala mais tranquila, deixo todos os jogos guardados em caixas organizadoras, outros dentro do meu armário, tenho um armário só de jogos e brinquedos pedagógicos guardados, porque se eu deixar exposto ele se perde e ele não faz nada, ele não começa nada, ele não termina nada porque ele quer um, quer outro, quer outro, entendeu? Então, graças a Deus eu estou tendo autonomia dentro desta sala, pra manter ela organizada, pra não trazer muita informação pra chamar atenção dele. Agora, esse aluno lá na sala de aula, com o professor de apoio, lá com os regentes, com os outros alunos ditos normais, é um trabalho extremamente desafiante porque eu imagino que não vai ser fácil porque ele é inquieto, ele não vai ter um tempo de atenção e a professora de apoio vai ter que tirá-lo da sala, ela vai ter que tá sempre fora da sala de aula para estar acompanhando ele em atividades diversificadas. Ele não consegue se prender muito tempo em determinado tipo de tarefa, então pra ele tem que apresentar vários tipos de atividades, você tem que preparar vários tipos, plano A, plano B, plano C pra ele, porque é um aluno inquieto”.

APÊNDICE B – ENTREVISTA – PROFESSORA 2.

1) Qual sua formação acadêmica? Houve formação continuada específica para atendimento do público autista?

Minha formação acadêmica: Graduação: Letras – Português / Pedagogia, Pós-Graduação: Sociologia da Educação / Educação Inclusiva / Neuropedagogia / Psicopedagogia /

Educação Infantil. Para o atendimento específico do público autista, além das pós-graduações, também houve vários cursos, em especial, os obrigatórios da SME para os professores da SRM do município que fazemos todo ano para todas as deficiências. Devido à pandemia, estamos aguardando retorno.

2) Como sua formação auxilia na vivência dentro da sala de aula do AEE com o aluno autista?

Minha formação auxilia no desenvolvimento do trabalho em todos os aspectos relacionados ao desenvolvimento da aprendizagem do educando. O conhecimento específico para trabalhar com o educando autista é de suma importância devido à complexidade do atendimento. Cada educando autista tem suas particularidades e diferentes formas de trabalho. Daí a formação do professor do AEE precisa ser continuada na busca de novas metodologias/recursos que proporcione ao educando maiores possibilidades de desenvolvimento da aprendizagem e socialização.

3) Como você escolhe as atividades a ser desenvolvida com as crianças autista?

As atividades são escolhidas após feita a Anamnese do educando e os primeiros atendimentos presenciais. A partir desse ponto são escolhidas, desenvolvidas e trabalhadas com o educando. Havendo sempre a necessidade de renovação dessas atividades de acordo com o grau do desenvolvimento das atividades relacionadas a aprendizagem.

4) Com a sua experiência no atendimento ao autista, quais métodos de ensino você acha que este aluno mais se desenvolve? Qual é a forma de avaliação que você realiza com as crianças autistas?

A Os educandos autistas têm muitas particularidades específicas quanto aos métodos a serem trabalhados com eles, dentre eles precisam ser observados quais os educandos se desenvolvem melhor... dentre eles um que me identifico mais é o método construtivista, onde o educando precisa ser estimulado a desenvolver sua aprendizagem com o auxílio do professor como mediador. Assim ambos criam ligações que facilitam esse desenvolvimento. A avaliação será processual e continua, contemplando os avanços do educando no contexto escolar e familiar, observando em que as ações do SRM/AEE contribuíram para o seu desenvolvimento e aprendizagem, fazendo os devidos ajustes e reestruturação do PAEE para que se desenvolva plenamente de acordo com suas necessidades/deficiência.

5) Quais atividades você já notou que não funcionam com o aluno autista?

A maioria dos educandos autistas tem alguma resistência quanto às atividades em papel, assim utilizo muito trabalhos manuais, tecnologias assistivas e de acessibilidade, jogos

variados, recursos pedagógicos variados e outros que vamos organizando ao longo do atendimento e a necessidade do educando.

6) Qual sua maior dificuldade dentro do AEE com a criança autista? E o que deveria ser melhorado?

A maior dificuldade do trabalho é a aceitação e cooperação dos professores que trabalham com esse educando na sala de aula regular. Deveria ter uma melhor preparação para esse profissional dentre a questão da inclusão escolar com educando NEEs. Muitas vezes a maioria dos professores tem inúmeras dificuldades em trabalhar com essa especificidade por vários motivos, isso dificulta em bons resultados e em um trabalho mais bem elaborado e desenvolvido.

APÊNDICE C – ENTREVISTA – PROFESSORA 3.

1) Qual sua formação acadêmica? Houve formação continuada específica para atendimento do público autista?

Formação em Pedagogia/ Letras. Sim. A Rede Estadual sempre teve formação continuada, mas faz dois anos que não temos formação em nossas escolas para professores de apoio. Fiz especialização na Faculdade (FABEC) para Educação Inclusiva com âmbito na sala de AEE.

2) Como sua formação auxilia na vivência dentro da sala de aula do AEE com o aluno autista?

Com a formação temos menos dificuldade em trabalhar em nosso cotidiano com os nossos alunos autistas, pois adquirimos teorias para colocarmos em prática com nossos alunos.

3) Como você escolhe as atividades a ser desenvolvida com as crianças autistas?

Através da BNCC trabalhamos em sala de aula com participação integral do professor regente com conteúdos a serem desenvolvidos e colocados em prática no âmbito escolar e mediados pela professora de apoio.

4) Com a sua experiência no atendimento ao autista, quais métodos de ensino você acha que este aluno mais se desenvolve? Qual é a forma de avaliação que você realiza com as crianças autistas?

Orientação e repetição dos conteúdos para que o mesmo possa memorizar. Avaliações flexibilizadas de todas as disciplinas feitas pelo professor regente e mediadas pela professora de apoio.

5) Quais atividades você já notou que não funcionam com o aluno autista?

Obrigá-lo a realizar atividades quando não deseja, o aluno autista faz, mas tudo em seu tempo, sem que sinta obrigado.

6) Qual sua maior dificuldade dentro do AEE com a criança autista? E o que deveria ser melhorado?

A nossa maior dificuldade nos dias atuais e quase sempre não ter professora de AEE nas escolas, para que o aluno possa ir no contraturno participar e entender melhor o conteúdo com a professora de AEE. Que todas as escolas estaduais e municipais tivessem professores de AEE e professoras de apoio licenciadas em Pedagogia, para que os alunos interagissem e tivessem uma aprendizagem significativa.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Eu Edebela Neves S. Ferreira RA 36 777

Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a:

AUTORIZAÇÃO

NÃO AUTORIZAÇÃO ()

Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS e da Revista Científica da FacUnicamps, do artigo intitulado: Unipnea com autismo no entendimento Educação em Especializado

De autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do (a) Prof. (a): Aucionei Nóbrega de Souza

O presente artigo apresenta dados validos e exclui-se de plágio.

Curso: Pedagogia. Modalidade afim Artigo

Edebela Neves Santana Ferreira

Assinatura do representante do grupo

Assinatura do Orientador (a):

Obs: O aval do orientador poderá ser representado pelo envio desta declaração pelo email pessoal do mesmo.

Goiânia 29 de Novembro de 2021